

Cadastrar o país custa €700 milhões

Entrevista **CARLA TOMÁS**
Foto **LUIZ CARVALHO**

Começou a chefiar a pasta do Ambiente há menos de um ano e colocou todo o Ministério e o Conselho de Ministros a beber água da torneira. “A água é de boa qualidade e as pessoas começaram a habituar-se”, garante. Assim poupam “na despesa e na produção de resíduos”. E convém poupar, já que o orçamento de funcionamento terá um corte de pelo menos 2,5% e o de investimento ficará com menos 20%.

■ **Está há quase um ano a chefiar o Ambiente. Está a gostar?**

■ Gosto. É um desafio, mas não tem muitas novidades para mim. O exercício desta função requer uma grande disponibilidade de tempo e é preciso algum engenho para compatibilizar a vida pessoal.

■ **Nunca lhe aconteceu querer seguir um caminho e outros interesses políticos sobreporem-se?**

■ As políticas de Ambiente não podem progredir isoladamente. As sociedades têm que crescer harmoniosamente. Comecei a trabalhar nesta área num tempo em que ninguém ligava nada ao Ambiente. A única pessoa a quem conseguíamos fazer chegar alguma coisa era ao diretor de serviços. Houve uma evolução enorme com a adesão à UE.



serviços. Agora consegue chegar aos seus colegas de Governo?

■ **Consigno.** Toda a gente está sensibilizada para a importância do Ambiente. Alguns mais do que outros. Sinto-me confortável no Conselho de Ministros. Portugal já não está no tempo de andar a marcar terreno nas questões ambientais. A política de ambiente está na primeira linha da Estratégia Europeia.

■ **O que pensa das imagens, divulgadas pelo Expresso, das pedreiras no Parque Natural da Arrábida?**

■ São situações que surgiram numa altura em que o país não dava relevância às questões ambientais. Se fosse hoje, aquilo não era possível. O que podemos fazer é conter, minimizar, pôr regras e sensibilizar os exploradores. Num Estado de direito há outros direitos além dos do Ambiente.

■ **Legislação de 2007 permite que explorem em profundidade sem tempo limite. Não havia alternativa?**

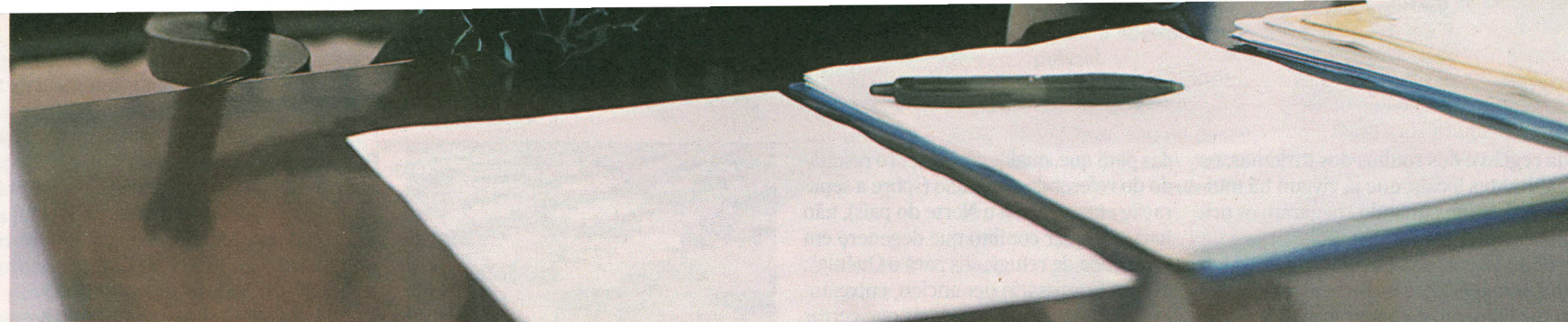
■ Não me parece que tivéssemos muitas alternativas, contabilizando tudo o que estava em causa. O Ambiente tem que ir marcando espaço e tem que ser defendido por todos. O nosso objetivo é minimizar os impactos.

■ **Com as limitações de técnicos e de vigilantes do Parque Natural da Arrábida, como garantem que as pedreiras cumprem as regras?**

■ Admito que tem de haver meios para garantir que não há expansão das áreas. O Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) não pode garantir que controla isso com rigor. Tem havido um reforço dos meios, mas não o suficiente.

■ **Quanto e onde vai ter de cortar no orçamento do Ministério?**

■ Vamos ter um corte de 2,5% no orçamento de funcionamento. O ICNB será positivamente discriminado neste contexto de contenção e não terá cortes. Em geral, vamos encomendar apenas os estudos imprescindíveis e analisar ao pormenor as deslocações de trabalho. De acordo com as orientações dadas, o orca-



OUTROS ASSUNTOS

POLIS DA COSTA DA CAPARICA

“A sociedade CostaPolis tinha previsto encaixar receitas com a venda de um espaço para um hotel. Já foi a concurso duas vezes e não teve compradores. Temos que ver onde ir buscar recursos para avançar no que pudermos”

POLIS DOS RIOS

“Há rios que sofreram grande pressão humana e necessitam de requalificação. Outros precisam de recuperar uma praia, um açude. Receberá dinheiro do Estado central, das autarquias, de privados, de fundos

rio sofrerá um corte de cerca de 20%. Mas ainda não está fechado. Parte significativa do investimento é assegurada por fundos comunitários e temos algumas receitas próprias, como as taxas de gestão de resíduos ou de recursos hídricos, que serão redistribuídas.

■ **Só vão investir no que tiver financiamento de Bruxelas?**

■ Temos de ser rigorosos na seleção dos projetos e fazer um diagnóstico apurado das prioridades. O país não pode parar. Faremos o imprescindível.

■ **Alguns dos que vivem nas áreas protegidas contribuem para a preservação de ecossistemas e de biodiversidade. Devem ser compensados?**

■ Estamos a ver os ajustes que podemos fazer para ganhar as populações das áreas protegidas. A compensação financeira é uma das vias. A sensibilização é outra. Os residentes e os municípios em áreas protegidas devem ter uma discriminação positiva. Temos de criar condições para as pessoas gostarem de viver nos parques e contribuírem para a sua preservação.

■ **A lei de solos vai para debate. Que expectativas tem?**

■ Decidimos fazer um debate alargado e adjudicar cinco estudos de enquadramento. Haverá um estudo comparativo das leis de solos de outros países, outro sobre a repartição das mais-valias quando determinado pedaço de solo é beneficiado por atos administrativos ou pela criação de uma determinada infraestrutura pública. Um grupo de trabalho fará o

■ **Anunciaram que vão adjudicar o projeto-piloto de cadastro da propriedade (o que pertence a quem) de sete municípios. Não se passa de projetos-piloto. Porquê?**

■ Agora vamos passar. É um instrumento fundamental. Vamos precisar de cerca de €20 milhões para os projetos-piloto e a estimativa para o cadastro do país é de €700 milhões. Portanto, num contexto de poupança vai demorar. O projeto-piloto permite ganhar conhecimento. Há municípios e privados interessados em contribuir também com verbas.

■ **Na área dos resíduos continuamos aquém das metas europeias. Só reciclamos 13% do lixo urbano e depositamos a maior parte em aterro...**

■ Está em curso um programa de infraestruturação do país que triplicará nos próximos anos o número de unidades de valorização orgânica (das 7 atuais para 22 em 2012). A entrada em funcionamento dessas unidades vai permitir dar um salto no cumprimento das metas de reciclagem e de retirada de aterro da fração orgânica. Também vamos reforçar a prevenção de produção de resíduos apostando na conceção dos produtos que, mantendo a função de acondicionamento do bem, não tenham excesso de plástico, por exemplo. E organizamos o mercado de resíduos, o que vai permitir a transação de resíduos como matérias-primas e diminuir a quantidade a eliminar.

■ **E afinal o que vai acontecer aos sacos de plástico?**

■ Há um projeto de lei para afinar o

senso. Associações de defesa do consumidor achavam que as medidas de defesa ambiental não acautelavam os direitos do consumidor. É preciso sensibilização para que os cidadãos aceitem algumas incomodidades em nome de valores maiores.

■ **Este Governo vai chegar ao fim?**

■ Acho que sim. Pelo menos trabalho nessa perspetiva, estou serena a trabalhar para o período de uma legislatura.

ctomas@expresso.impresa.pt



Baixar o termostato um grau produz menos 300 kg de CO2 e diminui a conta em 10%

